

Aprovada em 29 de março de 2007

1 Às treze horas do dia dezoito de dezembro de 2006, no Auditório do Instituto Terra, situado na Fazenda Bulcão, cidade de
2 Aimorés-MG, teve início, a Oitava Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH-DOCE.
3 Antes de dar início aos trabalhos deliberativos, o Secretário Executivo do CBH-Doce, apresentou um breve relato dos
4 projetos de recuperação de áreas degradadas na bacia hidrográfica do rio Doce, elaborados pelo Instituto da Bio – Atlântica
5 e Instituto Terra. Reforçou, que trata apenas de uma apresentação previa dos projetos, uma vez que posteriormente serão
6 encaminhados à Secretaria Executiva do Comitê do Rio Doce, para apreciação do plenário. Convidou o Senhor André
7 Guimarães, representante do Instituto Bio – Atlântica, para falar sobre o Programa “Rio Doce Sustentável”. André
8 Guimarães iniciou falando do protocolo de compromisso assinado entre os Governos de Minas Gerais e Espírito Santo, na
9 busca de integração e esforços para recuperação e conservação de áreas degradadas na bacia hidrográfica do rio Doce, com
10 recursos advindos, do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável, das Bacias Hidrográficas do Estado
11 de Minas Gerais - FHDRO. Em seguida, Ricardo Salgado, Superintendente do Instituto Terra, informou, que o Projeto de
12 Recuperação e Preservação de Nascentes na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, elaborado pelo Instituto Terra, prevê a
13 doação de cinco mil mudas, para o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Após, Vitor Feitosa falou da importância
14 do Comitê do rio Doce, monitorar os projetos aprovados na bacia do Rio Doce. Informou que o Fundo Nacional do Meio
15 Ambiente, aprovou um Projeto de Recuperação de Nascentes na Bacia do rio Doce, e o dinheiro não foi liberado. Dando
16 prosseguindo, Vitor Feitosa, justificou o atraso do Presidente do CBH-Doce, e convidou para composição da mesa, o
17 Prefeito da cidade de Colatina –ES, e 1º Vice - Presidente do CBH-Doce, João Guerino Balestrassi; a Secretária de Estado
18 de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo, Maria da Glória Brito Abaurre; o Diretor Geral do
19 Instituto Mineiro de Gestão das Águas, Paulo Teodoro de Carvalho; O Presidente da Agência Nacional de Águas, José
20 Machado; o Diretor da Secretaria de Recursos Hídricos, Marley Caetano de Mendonça; o Superintendente Executivo do
21 Instituto Terra, Ricardo Salgado. Em seguida, o 1º Vice - Presidente do CBH-Doce cumprimentou os presentes, solicitou
22 ao Secretário Executivo do CBH-Doce, que verificasse o quorum do plenário, que foi confirmado em número suficiente
23 para o início dos trabalhos deliberativos. O 1º Vice Presidente do CBH-Doce, declarou, então, aberta a sessão. Continuando,
24 João Guerino Balestrassi, prestou homenagens ao Ex. Presidente do CBH-Doce, João Domingos Fassarella. Prosseguindo,
25 Vitor Feitosa, fez a leitura da ordem dos trabalhos do dia a seguir: Item 1) Aprovação das atas da terceira e quarta reunião
26 extraordinária do CBH-Doce, realizadas no dia 15 de agosto de 2006, na cidade de Mariana-MG; Item 2) Informes da CTCI
27 sobre andamento dos trabalhos; Item 3) Assinatura do convenio para elaboração do plano integrado de recursos hídricos –
28 PIRH – ANA/IGAM/IEMA; item 4) Assinatura do termo de cooperação técnica para gestão na bacia do rio Doce; item
29 5) Posse do grupo de acompanhamento da elaboração do PIRH; item 6) Aprovação do novo termo de referência para
30 elaboração do PIRH; item 7) Composição da CT-Plano; item 8) Composição da CTIL; item 9) A questão da escada para
31 peixes na Hidrelétrica de Mascarenhas; item 10) Assuntos gerais. Continuando, o 1º Vice-Presidente do CBH-Doce,
32 solicitou inversão de pauta, transferiu para o início dos trabalhos, os itens de pauta que tratam da Assinatura do convenio
33 para elaboração do plano integrado de recursos hídricos; da Assinatura do Termo de Cooperação Técnica para Gestão na
34 bacia do rio Doce; e Posse do Grupo de Acompanhamento da Elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos. Em
35 seguida, passou a palavra ao Diretor Geral do IGAM, Paulo Teodoro de Carvalho, que iniciou falando da evolução de
36 alguns Comitês de rios de domínio da União, em face da implantação dos instrumentos de gestão de Recursos
37 Hídricos. Falou também, que o Comitê do rio Doce, com pouco mais de dois anos de efetivação, está em fase de
38 elaboração do plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Falou ainda, que os planos Diretores das
39 bacias afluentes do rio Doce estão nascendo, e será construído integralmente com o plano de recursos hídricos da Bacia
40 Hidrográfica do Rio Doce. Em seguida, justificou que a administração pública é dotada de burocracias, e devido a algumas
41 dificuldades, impediu que o ato de assinatura do convenio para a elaboração do plano integrado de Recursos Hídricos entre
42 IGAM/IEMA/ANA, se concretizasse. Informou também, que o IGAM está prosseguindo na busca de soluções jurídicas e
43 administrativas. Ressaltou que o mais importante é a decisão política dos entes envolvidos ANA/IEMA/IGAM de
44 construir o plano integrado da bacia do rio Doce, propiciando a integração dos dez Comitês afluentes envolvidos. Afirmou
45 que o IGAM irá financiar o projeto através do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias
46 Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHDRO. Afirmou ainda, que em conversa com a Secretária de Estado de Meio
47 Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo, Maria da gloria Brito Abaurre, pretendem elaborar os planos
48 Diretores das Bacias dos Rios Afluentes do Estado do Espírito Santo, integralmente com os planos Diretores dos Rios
49 Afluentes do Estado de Minas Gerais. Finalizou dizendo que os três órgãos gestores ANA/IGAM/IEMA, possuem
50 condições financeiras para a execução dos planos Diretores da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Dando prosseguimento
51 passou-se a palavra à Secretária de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo, Maria da
52 Gloria Brito Abaurre, que Cumprimentou os presentes e falou que há vontade política de se fazer o plano integrado da
53 bacia do rio Doce, entre os órgãos gestores, ANA/IGAM/IEMA, os Comitês afluentes do rio Doce, o CBH- DOCE, e os
54 dois Governadores dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Disse também, que o plano integrado de recursos
55 hídricos da bacia do rio Doce, será um exemplo não só para Minas Gerais e Espírito Santo, mas para o Brasil. Reforçou as
56 palavras do representante do IGAM, Paulo Teodoro de Carvalho, que por questões administrativas o ato de assinatura do
57 convenio para a elaboração do plano integrado de Recursos Hídricos entre o IGAM/IEMA/ANA, não será concretizado,
58 mas a assinatura do termo de cooperação técnica entre o IGAM/IEMA/ANA, é um instrumento de apoio a elaboração dos

59 planos Diretores da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Sugeriu aos representantes do IGAM e ANA, rever todos os esforços
60 para assinatura do convenio em março de 2007, e reforçou que os três órgãos gestores IEMA/IGAM/ANA, já possuem
61 recursos financeiros, para elaboração dos planos Diretores da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Sugeriu também,
62 articulações necessárias dos três órgãos gestores, ANA/IEMA/IGAM de se construir os dez Planos de Recursos Hídricos da
63 Bacia Hidrográfica do rio Doce, ao mesmo tempo. Na oportunidade, parabenizou o Instituto Bio-Atlântica e Instituto Terra,
64 pela iniciativa dos projetos de recuperação de áreas degradadas na Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Ressaltou ao Comitê do
65 rio Doce, a importância de obedecer critérios para distribuições das mudas que serão doadas pelo Instituto Terra. Finalizou
66 dizendo que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo está aberta a
67 contribuições. Continuando foi passada a palavra ao Presidente da ANA, José Machado, que cumprimentou os presentes, e
68 disse ser muito importante para Agência Nacional de Águas acompanhar a evolução do Comitê da Bacia Hidrográfica do
69 Doce. Disse ainda, que a Agência Nacional de Águas, considera o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, muito
70 importante para o Brasil, devido as suas características no desenvolvimento econômico, e social. Neste ponto foi registrada
71 a presença do Presidente do CBH-Doce, José Bonifácio Mourão, que foi convidado para compor a mesa. Após, José
72 Machado cumprimentou o Presidente do CBH-Doce, e o parabenizou, pela forma como tem conduzido os trabalhos do
73 CBH-Doce. Em seguida ressaltou, para a Agência Nacional de Águas implementar a Política Nacional de Recursos
74 Hídricos, depende – se muito dos avanços das principais Bacias Hidrográficas do País, sobre tudo, aquelas, que já estão
75 com seus Comitês de Bacias Hidrográficas instalados. Continuando, disse ainda, que a Agência Nacional de Águas, o
76 Instituto Mineiro de Gestão das Águas, e o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito
77 Santo, estão reiterando responsabilidades já assumidas, ao firmarem o compromisso com a elaboração do Plano de
78 Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, e o Plano Integrado de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes do
79 rio Doce. Exaltou a fala do Diretor Geral do IGAM, Paulo Teodoro de Carvalho, e da Secretária de Estado de Meio
80 Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo, Maria da Glória Brito Abaurre, que por caráter burocrático
81 administrativo, não será possível a assinatura do convenio para a elaboração do plano integrado de Recursos Hídricos
82 entre a Agência Nacional de Águas, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas e o Instituto Estadual de Meio Ambiente e
83 Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo. Esclareceu que basta a remoção das dificuldades de natureza jurídica e
84 burocrática, para Agência Nacional de Águas, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas, e o Instituto Estadual de Meio
85 Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo, estarem aptos, a assinarem o convenio para a elaboração do
86 plano integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Prosseguindo falou também da assinatura do
87 termo de cooperação técnica entre Agência Nacional de Águas, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas, e o Instituto
88 Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo. Explicou que é um instrumento que favorece
89 a cooperação, direciona as competências dentro do objetivo que é, promover a gestão integrada dos recursos hídricos na
90 bacia hidrográfica do rio Doce. Concluiu que a Agência Nacional de Águas deverá assinar em breve, um acordo de
91 financiamento com o Banco Mundial, envolvendo todos os Estados da Federação, e órgãos gestores de Recursos
92 Hídricos. O programa Pró Água Nacional já tem dotação orçamentária para o próximo ano de 2007, e o Plano Nacional de
93 Recursos Hídricos – PNRH, deverá entrar no próximo Plano Plurianual - PPA, visando recursos para sua execução. Após,
94 parabenizou a proposta apresentada pelo Instituto Bio-Atlântica, no sentido de incrementar na Bacia Hidrográfica do Rio
95 Doce, programa voltado para o Produtor Rural. Ressaltou a importância de alavancar o tema da água para o
96 desenvolvimento. Finalizou dizendo que a Agência Nacional de Águas, estará pronta para assinar o convenio para a
97 elaboração do plano integrado de Recursos Hídricos, em janeiro ou fevereiro de 2007, desde que o seu orçamento anual,
98 seja aprovado pelo Congresso Nacional, em tempo hábil. Em seguida, João Guerino Balestrassi disse, que o Comitê da
99 Bacia Hidrográfica do rio Doce já avançou muito, as bancadas dos Governos Estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo
100 estão interagindo, é preciso focar mais na bancada Federal, para buscar recursos no orçamento, seja para Agência Nacional
101 de Águas, para a Bacia hidrográfica do rio Doce, ou para os Municípios. Explicou que é necessário investir em
102 saneamento, e principalmente na recuperação da Bacia Hidrográfica do rio Doce. Dando prosseguimento, passou – se a
103 palavra ao Presidente do CBH-Doce, que cumprimentou os presentes, justificou que devido as fortes chuvas que caíram
104 sobre a cidade de Governador Valadares nos últimos dias, não foi possível a sua chegada em tempo hábil, á 8ª reunião
105 ordinária do CBH-Doce. Após, Vitor Feitosa perguntou ao Diretor Geral do IGAM, Paulo Teodoro de Carvalho, sobre a
106 possibilidade do repasse financeiro a alguma entidade, e os planos integrados de recursos hídricos entrarem em andamento
107 ainda no ano de 2006. Paulo Teodoro de Carvalho, Diretor Geral do IGAM, respondeu que os recursos financeiros para a
108 elaboração dos planos integrados de recursos hídricos, serão acordados pelo Fundo de Recuperação, Proteção e
109 Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e existem regras específicas
110 para o uso dos recursos. Disse também, haver uma preocupação com os recursos destinados ao FHIDRO, informações
111 diziam se não fossem aplicados no mesmo ano, perderiam a validade. Informou, que uma ampla discussão, garantiu o
112 repasse dos recursos do FHIDRO, não aplicados no mesmo ano, para o ano seguinte, e somados, serão destinados ao
113 gerenciamento dos recursos hídricos, no ano de 2007. Continuando, Vitor Feitosa fez a leitura do objeto e dos objetivos
114 específicos do Termo de Cooperação Técnica para gestão na bacia do rio Doce. Após, o Presidente do CBH-Doce,
115 convidou o representante do Instituto Mineiro de Gestão das Águas, Paulo Teodoro de Carvalho, a representante da
116 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo, Maria da Glória Brito Abaurre, o
117 representante da Agência Nacional de Águas, José Machado, para assinatura, do Termo de Cooperação Técnica para gestão
118 na bacia do rio Doce. Prosseguindo passou-se para o item de pauta que trata da posse do Grupo de Acompanhamento da
119 Elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos. O Presidente do CBH-Doce, solicitou inversão de pauta, e passou a
120 tratar da questão da escada para peixes na Hidrelétrica de Mascarenhas. Justificou a inversão de pauta, por considerar
121 extremamente importante as presenças do Diretor Geral do IGAM, Paulo Teodoro de Carvalho, da Secretária de Estado de

122 Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Espírito Santo, Maria da Gloria Brito Abaurre, e do Presidente da
123 Agência Nacional de Águas, José Machado, uma vez que os mesmos deverão se ausentar antes do término da 8ª reunião
124 ordinária do CBH-Doce, para cumprirem compromissos anteriormente agendados. Em seguida, Vitor Feitosa esclareceu
125 que Associação Colatinense de Defesa Ecológica – ACODE, solicitou apoio ao CBH-Doce, em levar as discussões da
126 questão da escada para peixes na Hidrelétrica de Mascarenhas, para a reunião plenária do CBH-Doce. Continuando, Gilse
127 Olinda Barbieri sugeriu aprovação das atas da terceira e quarta reunião extraordinária do CBH-Doce. Aceita a sugestão, o
128 Presidente do CBH-Doce, passou para o item de pauta que trata da aprovação das atas da terceira e quarta reunião
129 extraordinária do CBH-Doce, realizadas no dia 15 de agosto de 2006, na cidade de Mariana-MG. Dispensou-se a leitura das
130 atas por terem sido encaminhadas anteriormente. Em seguida, Vitor Feitosa colocou a minuta da ata da 3ª reunião
131 extraordinária do CBH-Doce, em votação, sendo aprovada na íntegra, por unanimidade. Continuando, Vitor Feitosa
132 colocou a minuta da ata da 4ª reunião extraordinária do CBH-Doce em votação. Continuando, Gilse Olinda Barbieri
133 manifestou a falta de registro na ata, que trata da apresentação do vídeo da Decida Ecológica do Rio Guandu. Manifestou
134 também, a falta de inclusão na pauta da 8ª reunião ordinária do CBH-Doce, a apresentação do vídeo da Decida Ecológica
135 do Rio Guandu. Após, Vitor Feitosa pediu que seja encaminhado à Secretaria Executiva do CBH-Doce, por e-mail,
136 solicitação, para inclusão na pauta da próxima reunião do CBH-Doce, apresentação do vídeo da Decida Ecológica do Rio
137 guandu. Em seguida, Vitor Feitosa colocou em votação a minuta da ata da 4ª reunião extraordinária do CBH-Doce, que
138 com correções apresentadas, foi aprovada na íntegra, por unanimidade. Dando prosseguimento o Presidente do CBH-Doce,
139 convidou o Senhor Paulo Randolpho, representante da Organização Não Governamental Alma do Rio, para apresentação.
140 Paulo Randolpho iniciou falando das descidas ecológicas promovidas ao longo da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, das
141 barreiras hidrelétricas que interrompem os ciclos de vida dos peixes, do sistema de transposição para peixes construída pela
142 Usina Hidrelétrica de Aimorés, e da escada para peixes da Usina Hidrelétrica de Mascarenhas. Comentou que no Estado
143 de Minas Gerais é obrigatória a construção de escadas para peixes, e não há obrigatoriedade no Estado do Espírito Santo.
144 Informou que há uma lei tramitando no congresso Nacional, para que em todo o Brasil seja obrigatória, a construção de
145 escadas para peixes. Na oportunidade pediu apoio ao Comitê do Rio Doce, no sentido de estar junto com a bancada
146 Estadual e Federal para a aprovação da referida lei. Em seguida se colocou à disposição do Comitê do Rio Doce, para
147 prestar mais informações. Dando prosseguimento o Presidente do CBH-Doce passou a palavra ao Senhor José Augusto
148 Sava, representante da ENERGEST. José Augusto Sava, disse que a construção de escadas para peixes é um assunto que
149 precisa ser bem estudado. O grande desafio é limpar as águas do rio Doce, ou seja, investir na despoluição do rio Doce.
150 Neste ponto foi registrada a presença do Prefeito de Aimorés, Alaerte Silva. Em seguida o Senhor Edmilson Oliveira,
151 representante do Centro Tecnológico de Agricultura – CTA, apresentou projeto de levantamento e incremento da ictiofauna
152 na área de influência do reservatório da Usina Hidrelétrica de Mascarenhas. Disse que o projeto foi apresentado e discutido
153 com o Órgão Ambiental do Estado do Espírito Santo. Na sequência o Presidente do CBH-Doce, colocou em plenário para
154 discussões. Daniel Pereira, representante da Associação Colatinense de Defesa Ecológica, pediu apoio ao CBH-Doce, para
155 cobrar o cumprimento do Termo de Ajuste e Conduta assinado pela ESCELSA junto ao Ministério Público. Após, o Senhor
156 José Augusto Sava, representante da ENERGEST, defendeu que nada adianta construir escada para peixes, sem antes
157 resolver o problema do esgoto sanitário que é lançado nos corpos d'água, segundo ele, os esgotos irão matar os peixes
158 antes mesmo deles chegarem até a escada. Em seguida, Jaeder Lopes Vieira, representante do Instituto Terra, questionou o
159 fato do representante da ENERGEST, falar que não há projetos pretensos da ictiofauna da Bacia Hidrográfica do rio
160 Doce. Após, Maria Aparecida Vargas, parabenizou o CBH-Doce, por incluir na pauta da 8ª reunião ordinária a discussão
161 que trata da questão da escada para peixes, na Hidrelétrica de Mascarenhas. Falou do cuidado de sobreposição de
162 competências dos órgãos ambientais e do Comitê do rio Doce. Após, Vitor Feitosa reforçou que não é de competência do
163 CBH-Doce deliberar sobre a discussão que trata da questão da escada para peixes, na Hidrelétrica de Mascarenhas, mas
164 acolher o conflito. Em seguida Joema Gonçalves, disse que no plenário do CBH-Doce é que devem acontecer as
165 discussões, por estarem todos os segmentos presentes. Falou também da necessidade de aperfeiçoar cada vez mais o
166 mecanismo de gestão pública, porque estão sujeitos a determinadas influências, de determinados poderes econômicos
167 muito fortes no Brasil. Em seguida, Vitor Feitosa sugeriu encerrar as discussões e passar para encaminhamentos. Após, Ana
168 Lúzia, coordenadora da Cipe Rio Doce no Espírito Santo, justificou ausência do Deputado Paulo Folleto, e sugeriu buscar
169 encaminhamentos sobre o tema da escada para peixes na Hidrelétrica de Mascarenhas através de uma Audiência Pública.
170 Vitor Feitosa ressaltou que o assunto é eminentemente técnico. Fábio Anheret, disse que o IEMA dará todo o apoio
171 necessário para a realização de Audiência Pública ou um Debate Público. Prosseguindo o Presidente do CBH-Doce, disse,
172 com base em sua experiência como Deputado Estadual, que quem define audiência pública é Assembléia Legislativa, e de
173 acordo com seu regimento interno. Sugeriu encaminhar o tema à Comissão Técnica do CBH-Doce, que tenha atribuição
174 específica, para fazer estudo e apresentar ao plenário em uma próxima reunião. Após, Vitor Feitosa sugeriu 02
175 encaminhamentos: 1) encaminhar requerimento à Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, e através da Cipe
176 Rio Doce, fazer um procedimento de Audiência Pública. 2) escolher o Comitê do rio Doce como foro para realizar um
177 seminário ou algo semelhante. Continuando, Daniel Pereira se comprometeu através da Associação Colatinense de Defesa
178 Ecológica, requerer uma Audiência Pública, tendo como interlocutória a Cipe Rio Doce. Continuando o Presidente do
179 CBH-Doce, solicitou um encaminhamento formal da Associação Colatinense de Defesa Ecológica, ao CBH-Doce, para
180 busca de esclarecimentos técnicos. Após Vitor Feitosa solicitou ao representante da ENERGEST, as transparências
181 apresentadas, para serem disponibilizadas aos membros do CBH-Doce. Dando prosseguimento, passou-se para o item de
182 pauta que trata da posse do grupo de acompanhamento da elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos - PIRH.
183 Vitor Feitosa esclareceu que o processo de criação do grupo de trabalho, deverá gastar algum tempo mais, tendo em vista
184 que o Plano Integrado de Recursos Hídricos, não pôde ser iniciado. Após, passou-se para o item de pauta que trata da

185 aprovação do novo Termo de Referencia para elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos - PIRH. Vitor Feitosa
 186 apresentou um breve histórico do processo de construção das diretrizes aprovadas pelo CBH-Doce, e incorporadas no
 187 Termo de Referencia, para elaboração do plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Doce. Continuando,
 188 apresentou ainda, um breve relato do processo de construção do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia
 189 Hidrográfica do Rio Doce, com a participação dos Comitês de Domínio Estadual. Em seguida reforçou que as diretrizes
 190 deliberadas pelo Comitê do Rio Doce deverão necessariamente estar incorporadas ao Termo de Referencia Integrado.
 191 Continuando, Vitor Feitosa passou a tratar do item de pauta que trata da composição da CT-PLANO. Esclareceu que em
 192 reuniões realizadas com o IEMA, IGAM, e os Comitês de domínio Estadual, ficou definido a constituição de grupo de
 193 trabalho com a participação de um representante de cada Comitê Estadual, um representante do CBH-Doce, um
 194 representante do IEMA e um representante IGAM, com seus respectivos suplentes, para acompanharem efetivamente a
 195 elaboração do plano integrado de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Doce. Em seguida disse também, que a
 196 Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce - CT Plano, está criada, porém
 197 ainda não foi constituída. Propôs que em Janeiro de 2007, a Secretaria Executiva do CBH-Doce, envie convites a todos os
 198 membros titulares e suplentes do CBH-Doce, para participarem da constituição da CT - Plano. Sugeriu que a CT plano
 199 indica os representantes titulares e suplentes do CBH-Doce no grupo de acompanhamento do Plano Integrado de Recursos
 200 Hídricos do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Sugeriu ainda, que o Grupo de Trabalho inicie fazendo a
 201 verificação no Termo de Referencia Integrado, se o mesmo contempla as diretrizes deliberadas pelo Comitê do Rio Doce.
 202 Continuando, Gilse Olinda Barbieri propôs, que o CBH-Doce, tenha mais 03 representantes no Grupo de Trabalho, sendo
 203 um representante da Sociedade Civil, um representante dos Usuários e um representante do Poder Público. Após, Joema
 204 Gonçalves de Alvarenga disse que o Grupo de Trabalho e a CT-Plano, são duas instituições importantíssimas,
 205 complementares, mas distintas, inclusive na duração. Após, Zaira Andrade de Paiva disse, que se o CBH-Doce vai ter a CT
 206 Plano, não vê necessidade do Grupo de Trabalho. Prosseguindo, Vitor Feitosa esclareceu que o grupo de acompanhamento
 207 não é deliberativo, não é um foro de segmentos, nem de interesses, é de acompanhamento, para garantir o conteúdo
 208 aprovado no Termo de Referencia do CBH-Doce. Vitor Feitosa disse ainda, que se o CBH- DOCE propor a indicação de
 209 mais três representantes no Grupo de Trabalho, os CBH'S de domínio Estadual poderão reivindicar também. Ficando o
 210 Grupo de Trabalho constituído com numero significativo de representantes. Após, Gilse Olinda Barbieri se comprometeu a
 211 entrar em contato com todos os Comitês de Domínio Estadual, e verificar junto aos mesmos, se aceitam a proposta, do
 212 CBH-Doce, indicar mais três representantes, no Grupo de Trabalho. Após, Ângelo Paganini, disse garantir que o CBH- do
 213 rio Piracicaba não vai aceitar a proposta. Continuando, Vitor Feitosa sugeriu como encaminhamento, manter a proposta que
 214 indica um representante e o respectivo suplente, do CBH-Doce, e deixar a discussão para a próxima reunião do CBH-Doce,
 215 após as considerações levantadas junto aos CBH'S Estaduais, apresentadas pela Gilse Olinda Barbieri. Prosseguindo
 216 passou-se para o item de pauta que trata da composição da Câmara Técnica Institucional e Legal - CTIL. Vitor Feitosa
 217 comentou, da reunião realizada especialmente para a instituição da Câmara Técnica Institucional e Legal do CBH-Doce -
 218 CTIL. Comentou ainda, que foi dada oportunidade aos membros do CBH-Doce presentes à reunião, a manifestação de
 219 interesse em participar da Câmara Técnica Institucional e Legal do CBH-Doce. Comentou também, que a CTIL está
 220 representada pelos três segmentos: Sociedade Civil, Usuários e Poder Público. Em seguida explicou, que as Câmaras
 221 Técnicas do CBH-Doce, são constituídas por no máximo quinze representantes, e foi eleita por unanimidade para
 222 presidência da CTIL, Adriana Ramos, procuradora do IGAM. Após, apresentou ao plenário, a composição da CTIL a
 223 seguir: 1) SAAE de Itabira; 2) Sindicato dos Produtores Rurais de Governador Valadares; 3) Companhia Força e Luz
 224 Cataguazes Leopoldina; 4) Instituto Brasileiro de Siderurgia; 5) ARACRUZ CELULOSE S/A; 6) Instituto Pró Rio
 225 Doce; 7) Consorcio Rio Guandu; 8) Fundação Relictos; 9) Instituto Terra; 10) IGAM, 11) Prefeitura Municipal de Governador
 226 Valadares, 12) IEMA, 13) Cipe Rio Doce, 14) Prefeitura Municipal de Colatina, 15) EMATER. Como convidados:
 227 ARDOCE, AMVA, FAEMG, FIEMG, CBH'S Estaduais. Prosseguimento passou-se a apresentação dos trabalhos da
 228 Câmara Técnica de Capacitação e Informação - CTCI. O presidente do CBH-Doce, convidou Joema Gonçalves de
 229 Alvarenga para apresentação dos trabalhos. Joema apresentou o relatório de atividades desenvolvidas pela CTCI, com
 230 ênfase na realização do curso de capacitação para técnicos dos municípios da bacia do rio Doce, que aconteceu no período
 231 de 22 a 24 de novembro de 2006, na cidade de Governador Valadares-MG. Em seguida informou que devido as fortes
 232 chuvas na região, foi adiado o curso de capacitação para produtores rurais da Bacia do rio Guandu, previsto para o período
 233 04 a 08 de dezembro de 2006. Prosseguindo, o presidente do CBH-Doce agradeceu o Instituto Terra pela cessão do espaço
 234 para realização da 8ª reunião do CBH-Doce. Nada mais havendo o Presidente do CBH-Doce, deu por encerrada a sessão, e
 235 concluídos os trabalhos propostos, eu Vitor Feitosa, lavrei a presente ata por mim firmada. Aimorés - MG, 18 de dezembro
 236 de 2006. xxx

237
 238 Presenças: Representantes Titulares e Suplentes do Poder Público Federal: Marley Caetano Mendonça; Representantes
 239 Titulares e Suplentes do Poder Público Estadual: Fábio Ahnert, (IEMA); Lúzia Ana Augusto; (SEAMA); Gerson Tavares da
 240 Mota, (SEAG); Paulo Teodoro de Carvalho, (IGAM); Antônio Eustáquio Rios dos Santos (SEPLAG); Representantes
 241 Titulares e Suplentes do Poder Público Municipal: João Guerino Balestrassi - Prefeitura Municipal de Colatina-ES, Renata
 242 Lúcia Tavares Rocha Kapisch, Prefeitura Municipal de Baixo Guandu - ES; Newton Tibúrcio, Prefeitura Municipal de
 243 Ipatinga- MG; Representantes Titulares e Suplentes do Setor de Abastecimento Urbano - Cleuber Melotti; (SANEAR);
 244 Sânzio José Borges (ASSEMAE); Representantes Titulares e Suplentes do Setor de Indústria e Mineração: João Lages
 245 Neto, (ARACRUZ CELULOSE); Vitor Márcio Nunes Feitosa, (FIEMG); Sebastião Tomas Carvalho, (CENIBRA); Euzimar
 246 Augusto da Rocha Rosado, (IBRAM); João Eustáquio Wanderley Costa, (USIMINAS); Representantes Titulares e Suplentes
 247 do setor Pesca, Turismo, Lazer e Hidroviário: Almir da Conceição (Sindicato de Pescadores Renovo do Vale);

248 Wenderson Meira de Alvarenga, Sociedade Recreativa Filadélfia; Representantes Titulares e Suplentes do setor de
249 Irrigação e uso Agropecuário: Afonso Luiz Bretãs, Sindicato Rural de Governador Valadares; Raimundo Rodrigues Pereira,
250 Fazenda Itapoã; Alexandre Coelho de Santos, (Fazenda Haras Antares); Joaquim Marques Neto, (CREDCOOPER); Cléria
251 do Vale Pontes, (Fazenda das Laranjeiras); José Carlos Loss Júnior, (Sítio São Bento); Representantes Titulares e Suplentes
252 do Setor Hidroeletricidade Geraldo Luiz Mellotti, (ESCELSA); Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas, (CFLCL);
253 Representantes Titulares e Suplentes de Organizações Cívicas: Edmilson de Almeida Pinto Júnior, (ARDOCE); Gilse Olinda
254 Moreira Barbieri, Associação Intermunicipal para recuperação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio
255 Guandu; Representantes Titulares e Suplentes das organizações técnicas de ensino e pesquisa – Marinaldo Francisco
256 Zanotelli, (Escola Agrotécnica Federal de Colatina –ES); Representantes Titulares e Suplentes das Organizações Não
257 Governamentais: Zaira de Andrade de Paiva (ADERC); Joema Gonçalves de Alvarenga, (Instituto Pró - Rio Doce); Jaeder
258 Lopes Vieira, (Instituto Terra); José Ângelo Paganini, (Fundação Relictos de Apoio ao PERD); Francisco Hermes Lopes,
259 (CREA); Daniel Pereira, (ACODE); Justificaram ausência: José Orlando Junqueira, (SAAE – Guanhães); Pedro Vill
260 (STRALB); Juliana Minardi de Oliveira, (SEPLAG); Alvanir Cássia Vieira, (ARDOCE); Marina Bott Gonçalves,
261 (MME); Jarbas Oliveira Carvalho, (CEMIG); Manoel Vital de Oliveira, (SÁ CARVALHO S/A); Alexandre
262 Landim, (CENIBRA); Ilacir Ferreira da Silva, (SAAE Itabira); Nélio Borges, (UGASA); João Soares, (Prefeitura Municipal
263 de Manhuaçu); Sérgio Guillermo Hormazabal, (Petrobrás); José Alexandre Fonseca, (Prefeitura Municipal de Rio Doce).
264
265

266 Aimorés, 18 de dezembro de 2006

267
268
269
270 José Bonifácio Mourão
271 Presidente do CBH-Doce

272
273
274
275 Vitor Feitosa,
276 Secretário Executivo do CBH-DOCE
277